PROJETO DE LEI Nº , DE 2005
(Da Sra. Iriny Lopes)

*Altera o texto dos arts. 31 e 56 da
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 31 e 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31.....

.....

IV – certidões de regularidade com as obrigações pactuadas na convenção ou acordo coletivo de trabalho, emitidas pelas entidades sindicais representantes dos respectivos empregados e empregadores, exigível apenas das empresas prestadoras de serviços de limpeza pública, asseio, conservação e vigilância.

.....” (NR)

“Art. 56.....

.....

§ 6º Obedecido o disposto no § 2º deste artigo, às empresas prestadoras de serviços de limpeza pública, asseio, conservação e vigilância, e àquelas fornecedoras de mão-de-obra, será exigida garantia equivalente ao valor das verbas resilitórias de todos os trabalhadores envolvidos no contrato firmado, que poderá ser restituída ao final do contrato, mediante comprovação de realocação da referida mão-de-obra em contrato de igual finalidade ou de quitação das referidas verbas.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa resguardar os cofres dos entes públicos contratantes de serviços de limpeza pública, asseio, conservação e vigilância ou de fornecimento de mão-de-obra, da eventual falta de lastro ao final do contrato, ocasião em que muitas delas não honram suas obrigações trabalhistas, em prejuízo de milhares de trabalhadores e do erário, visto que a Fazenda Pública acaba sendo, freqüentemente, acionada perante a Justiça do Trabalho para arcar com esse ônus, conforme notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

Assim sendo, em caso de não renovação dos contratos de prestação dos referidos serviços ou do fornecimento de mão-de-obra, o Poder Público terá uma segurança adicional para que não se veja envolvido na co-responsabilidade da inadimplência destas empresas para com seus empregados, como hoje ocorre, ficando também garantido aos trabalhadores o pagamento de todas as verbas resilitórias ao fim do contrato.

Também é de se notar o alcance social da medida, visto que os trabalhadores envolvidos neste tipo de contrato, normalmente cidadãos sem qualquer qualificação profissional, são geralmente os mais prejudicados em caso de inadimplência de seus empregadores pois encontram-se, de um momento para outro, sem meios de prover seu sustento e nem mesmo com a garantia de ter o valor das verbas rescisórias para manter-se até conseguir novo emprego.

Isto posto, solicitamos o apoio dos nobres colegas nesta Casa para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputada IRINY LOPES